



RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA Nº 2656/25

LAFATE GESTÃO AMBIENTAL LTDA

Ref.: Relatório de Estudo Ambiental – REA, baseado no Parecer Técnico Nº 2625/25, de 21/10/25 e no Parecer Único CLI Nº 073/2025, de 23/10/2025, emitidos para fins de concessão da Licença de Operação do empreendimento, nos termos Decreto Municipal nº 17.266/20.

Nº do Processo: 31.00251464/2025-30

Localização: AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBTISCHEK, Nº 4377, BAIRRO CALAFATE / Regional Oeste-O2

Responsável Legal: Gilberto Antônio da Silva

Responsável Técnico pelo RPCA: Ana Carolina Sales Azevedo Nogueira I CREA MG 75368

Síntese das características do empreendimento

As características abaixo estão discriminadas no Relatório e Plano de Controle Ambiental - RPCA e nos demais documentos apresentados pelo Responsável Técnico do empreendimento.

CNPJ: 22.101.690/0004-50	
Atividade(s) do empreendimento passível(is) de licenciamento	
Código ambiental	Descrição
F-05-18-1 (DN COPAM 217/17)	Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos de construção civil e volumosos (<i>Código CNAE: 3811400-04</i>)
F-06-09-0 (DN COMAM 102/20)	Garagem de empresas de transporte de passageiros e de cargas (Atividade auxiliar - D)
Enquadramento do empreendimento	
Modalidade: Concomitante – LAC1	Competência: Originária
Classe: 4 (em conformidade com a DN COPAM Nº 217/17)	Porte: Grande
Parâmetro de enquadramento: Capacidade de recebimento: 1000m³/ dia	
Etapas: LOC – Licenciamento de Operação Corretiva	
Características do empreendimento conforme RPCA	
Enquadramento no Licenciamento Ambiental ¹	Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos
Índice Cadastral	806021A301 0012
Descrição das atividades	O empreendimento exerce as atividades de estação de transferência e transbordo de resíduos não-perigosos, coleta de resíduos não perigosos, através de caçamba. O local também é utilizado como garagem de veículos de transporte de carga (10 caminhões). Os resíduos recepcionados nesta unidade são provenientes de obras de construção civil de clientes geradores que contratam serviços de caçambas estacionárias da empresa. As cargas são recebidas em caçambas de 3, 5 ou 8 m³, sendo os resíduos armazenados em área coberta no galpão para triagem e armazenamento até o momento da destinação final. A previsão é receber cerca de 1.000 m³ de resíduos por dia.

¹ Conforme inciso VIII do Art. 344 da Lei Municipal nº 11.181/19. Licenciamento ambiental realizado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM, de acordo com a Deliberação Normativa COMAM Nº DN 102/20, Art. 6º, Inciso I.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



Condicionantes para Licenciamento Ambiental

Deverão ser atendidas todas as condicionantes e suas respectivas notas associadas, se for o caso, para Licenciamento Ambiental, discriminadas a seguir:

Impactos	Nº	Condicionantes	Órgão	Prazo
Atendimento à legislação	1	Apresentar cópia ou original de publicação da concessão desta licença ambiental em periódico regional ou local de grande circulação, nos termos do art. 31, da DN COPAM nº 217/17. Nota 02.	SMMA	30 dias
Funcionamento da atividade	2	Apresentar projeto/planta de ocupação do terreno com memorial descritivo, indicando áreas permeáveis/ajardinadas, montagem dos blocos/triagem, alocação de máquinas, equipamentos e área de guarda de veículos. Notas 03 e 04.	SMMA	30 dias
Uso de água subterrânea	3	Providenciar o tamponamento do poço de captação de água subterrânea instalado no empreendimento e apresentar comprovação por meio do envio de relatório técnico descritivo e fotográfico da área dos poços. Nota 05.	SMMA	60 dias
Resíduos sólidos	4	Implantar PGRSE e obter aprovação da SLU do sistema de armazenamento. Nota 15	SLU	60 dias
	5	Comprovar por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e respectivo Certificado de Destinação de Resíduos (CDF) a destinação ambientalmente adequada dos pneus inservíveis.	SMMA	90 dias
Emissão sonora	6	Apresentar Laudo Técnico de Avaliação de Emissões Sonoras, elaborado por empresa devidamente acreditada, acompanhado de Certificado de Acreditação nos termos da NBR ISO/IEC 17025, junto ao INMETRO ou certificado de Reconhecimento de Competência junto à Rede Metrológica. (Lei 9.505/2008, artigo 8º e Deliberação Normativa DN COPAM 216/2017). Nota 06.	SMMA	90 dias



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



Impactos	Nº	Condicionantes	Órgão	Prazo
Resíduos sólidos	7	Apresentar, para aprovação, o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC. Nota 07.	SMMA	90 dias
Passivo ambiental	8	Realizar estudo de investigação confirmatória, em conformidade com o item 3.2 do Termo de referência Gerenciamento de Áreas Contaminadas disponível em http://smma.pbh.gov.br , aba Documentos para Download / Roteiros Técnicos. Os relatórios deverão ser acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Nota 08.	SMMA	120 dias
Resíduos sólidos	9	Comprovar a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC – com o envio de relatórios periódicos durante as obras. Nota 09.	SMMA	180 dias
	10	Apresentar relatório descritivo e fotográfico da retirada da sucata de caminhão tanque com a comprovação por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e respectivo Certificado de Destinação de Resíduos (CDF) da destinação ambientalmente adequada da sucata.	SMMA	180 dias
Drenagem pluvial	11	Implantar o projeto de drenagem pluvial e controle da fonte, conforme aprovado pela SMOBI e solicitar vistoria para fins de comprovação. Nota 14.	SMOBI	180 dias
Funcionamento da atividade	12	Apresentar comprovante da execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas na edificação ocupada pelo empreendimento. Nota 10.	SMMA	Quadrimestralmente em janeiro, maio e setembro.
Resíduos sólidos	13	Elaborar e enviar, por meio do Sistema MTR-MG, a Declaração de Movimentação de Resíduos – DMR, na forma e prazos estabelecidos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019. Encaminhar, junto da DMR, declaração do responsável técnico pela gestão dos resíduos no período, devidamente acompanhada de ART, conforme previsto no	SMMA	Semestralmente, em fevereiro e agosto.





Impactos	Nº	Condicionantes	Órgão	Prazo
		art. 22 da Lei Federal nº 12.305/2010 e suas regulamentações. Nota 11.		
Emissões veiculares	14	Realizar automonitoramento na frota de veículos que utilizem motor Diesel, com avaliação de opacidade, seguindo as definições de limites de emissão da Resolução CONAMA 418/09 e os procedimentos de medição da Instrução Normativa nº 06/10 do IBAMA, e apresentar os resultados apurados. Nota 12.	SMMA	Anualmente, em fevereiro.
Emissões sonoras	15	Adotar medidas que mitiguem incômodos que possam surgir na vizinhança provenientes da emissão de ruídos e sons em decorrência de atividades exercidas.	SMMA	Durante a operação do empreendimento
Efluentes atmosféricos	16	Manter as ações de medidas de controle de mitigação de efluentes atmosféricos de acordo com o cronograma apresentado no Plano de Controle Atmosférico de Particulados.	SMMA	Durante a operação do empreendimento
Segurança da vizinhança	17	Manter CLCB válido, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Nota 13.	SMMA	Durante a operação do empreendimento

Notas:

1. A SMMA poderá exigir, a qualquer tempo, procedimentos preventivos ou corretivos para minimizar incômodos porventura causados ou necessários para atender à legislação ambiental.
2. A publicação deverá seguir o Modelo de publicação da concessão da Licença Ambiental disponível em: <https://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download/ aba Licenciamento.
3. O memorial deverá informar, separadamente, a discriminação também qualitativa das áreas ajardinadas. Para tanto é necessário observar que só devem ser consideradas áreas permeáveis qualificadas aquelas sobre solo natural (ou seja, não são aceitas áreas sobre laje) e não devem ser consideradas as áreas sob projeção de qualquer tipo de cobertura (mesmo que pergolados), em projeção de subsolos e/ou com inclinação maior que 30%.
4. No que diz respeito ao amortecimento da descarga de água pluvial na rede pública de drenagem, bem como melhoria do funcionamento do sistema de micro e macrodrenagem, deverá ser informado como o projeto atenderá ao Art. 161 da Lei 11.181/2019, conforme disposto em regulamento, proposta de estruturas de drenagem de amortecimento (caixas de retenção, estruturas de infiltração, jardins de chuva, dentre outros). O projeto deverá estar acompanhado de memorial descritivo e ART.
5. O tamponamento deverá ser realizado em conformidade com a Nota Técnica IGAM nº1/2006, disponível em www.semamg.gov.br/outorga/notas-tecnicas. Ademais, deverá ser providenciado o cancelamento da Outorga de uso concedida pelo IGAM, se for o caso, e a devida comprovação encaminhada para a análise da SMMA.
6. O laudo deverá ser elaborado observando as orientações constantes na Orientação Técnica para Laudo Técnico de Avaliação de Emissões Sonoras, disponível em: smma.pbh.gov.br > aba documentos para download > aba roteiros técnicos.
7. O PGRCC deverá ser apresentado juntamente com a ART do responsável técnico pela elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento do referido Plano. Deverão ser observadas e seguidas as orientações constantes da Orientação Técnica para Gerenciamento de Resíduos da



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



- Construção Civil, disponível em <http://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download / aba Roteiros Técnicos. Quanto à elaboração da ART, deverá constar expressamente no item 5 (Observações) a indicação: "Responsável técnico pela elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento do PGRCC". Apresentar também o certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), do responsável técnico pela gestão dos resíduos perigosos gerados pelo estabelecimento.
8. Para a amostragem do solo e da água subterrânea, deverá ser seguido o Termo de referência para amostragem de solo e água subterrânea, disponível em <http://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download / aba Roteiros Técnicos. A depender dos resultados da investigação confirmatória, estudos complementares poderão ser solicitados.
 9. Os relatórios de monitoramento deverão ser elaborados em conformidade com o PGRCC aprovado pela SMMA e com a Orientação Técnica para Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, disponível em <http://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download / aba Roteiros Técnicos.
 10. Deverão ser encaminhados os comprovantes da execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas na edificação ocupada pelo empreendimento, executados por empresa especializada e autorizada nos termos da Resolução RDC Anvisa 52 de 22 de outubro de 2009.
 11. Deverão ser observadas e seguidas as orientações constantes da Orientação técnica para gerenciamento de resíduos disponível em <http://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download / aba Roteiros Técnicos.
 12. O monitoramento deve abranger todos os veículos próprios e terceirizados, veículos de recolhimento de resíduos (caçambeiros). Os relatórios deverão ser apresentados conforme a Orientação técnica para Automonitoramento da frota de veículos disponível no sítio eletrônico: smma.pbh.gov.br / aba Documentos para Download / aba Roteiros Técnicos. Juntamente com os dados do automonitoramento de frota, deve ser apresentado a atualização de frota, caso novos veículos sejam incorporados a frota ou algum veículo seja descontinuado da operação.
 13. O CLCB válido deverá estar disponível no empreendimento durante todo o seu período de funcionamento, bem como medidas de segurança previstas na legislação estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico vigente.
 14. Nota sobre implantação do projeto de drenagem pluvial:
 - a) Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da execução de obras e o Termo de Compromisso - Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial assinado pelo Responsável Técnico, de acordo com o modelo disponibilizado no Apêndice 7 - Termo de compromisso dos Responsáveis Técnicos - Obra, da Instrução Técnica para Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem do Município de Belo Horizonte.
 - b) Apresentar plano de limpeza, manutenção e operação do sistema de controle na fonte e drenagem pluvial implementado.
 - c) Apresentar plano de monitoramento do sistema de controle na fonte, após o período chuvoso, durante 05 anos.
 15. A condicionante somente será considerada atendida após emissão de parecer técnico pela GERLI/SLU atestando a implantação. Para fins de comprovação da implantação do PGRSE aprovado deve ser solicitada vistoria da SLU no Portal de Serviços da PBH na opção "Atendimento às Condicionantes da Licença Ambiental ou do Parecer de Licenciamento Urbanístico (processos iniciados a partir de 12/06/2020)", disponível no link: <https://servicos.pbh.gov.br/+5fd8a54801ce645377f8b7ea>.

Os seguintes documentos devem ser anexados ao protocolo de solicitação de vistoria:

 - Cópia da guia de pagamento do Documento de Recolhimento e Arrecadação Municipal (DRAM);
 - Comprovante de pagamento; e
 - Declaração de implantação do PGRSE assinado pelo responsável legal ou responsável técnico pela elaboração do plano.
 - Cópia dos contratos vigentes, assinados por ambas as partes, com as empresas responsáveis pelo tratamento e destinação de resíduos Classe I – perigosos, dos resíduos recicláveis e dos resíduos de construção civil. Conforme descrito na Matriz de Gerenciamento de Resíduos, os contratos que devem ser apresentados são com as empresas:
 - Ativa Minas Gestão Ambiental;
 - E-mile Empresa Mineira de Lixo Eletrônico;
 - Essencis Soluções Ambientais;
 - Belo Monte Ambiental;
 - Reciclagem / J&E;
 - Central de Tratamento de resíduos Macaubas (CTR).





Conclusão

Conclui-se favoravelmente à renovação da Licença Ambiental do empreendimento **LAFATE GESTÃO AMBIENTAL LTDA**, conforme características relacionadas no Parecer Técnico Nº 2625/25 e no Parecer Único CLI Nº 073/2025, com um prazo de validade de 10 (dez) anos, devendo ser atendidas as Condicionantes para Licenciamento Ambiental relacionadas no presente documento.

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2025

Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi

Subsecretário de Licenciamento e Controle Ambiental - SULCAM
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.